



A TERRITORIALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SINDICAIS E SOCIAIS DO CAMPO NO SUDESTE PARAENSE: ESTRATÉGIAS DE LUTA E RESISTÊNCIA CAMPONESA NO MUNICÍPIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS

Lucas Ferreira Gomes (Bolsista/Apresentador)¹ - Unifesspa
lukagomes010@gmail.com
Rogerio Rego Miranda (Coordenador(a) do Projeto)² - Unifesspa
rogeom@gmail.com

Agência Financiadora: FAPESPA

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Ciências Humanas / Geografia Agrária

1. INTRODUÇÃO

A territorialidade camponesa no Pará se constitui num importante campo de pesquisa, especialmente no sudeste paraense, devido à complexidade conflitiva dessa realidade, face à ação de agentes do agronegócio e da mineração. Nosso propósito neste trabalho é pesquisar as principais estratégias de territorialização da luta pela terra no sudeste paraense a partir da ação de movimentos sindicais (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e sociais (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), entre os anos de 2015 a 2019, tendo por área de estudo o município de Canaã dos Carajás. Em termos de objetivos específicos, identificamos e analisamos as várias formas de organização dos movimentos sociais e sindicais na luta pela terra, bem como os principais mecanismos de desarticulação territorial dos acampamentos empreendidos pelo Estado e os agentes do modelo de desenvolvimento agropecuário e mineral.

O estudo é realizado no município de Canaã de Carajás pois este território vem passando por profundas transformações tanto no campo quanto na cidade, em decorrência da atuação de empresas mineradoras, com ênfase à Vale S.A., que cria diversas estratégias articuladas aos grupos agropecuários regionais com vistas a monopolizar o território de interesse minerário, ainda que para assegurar a propriedade privada ou o direito de concessão minerário presente e futuro, se utilize do expediente da violência e da criminalização de lideranças populares.

O trabalho encontra-se estruturado em três momentos. Incluindo a introdução e as considerações finais, inicialmente são enfatizados os objetivos a serem alcançados no estudo. No segundo momento, apresentamos os procedimentos metodológicos que nortearam a elaboração da pesquisa. O terceiro momento versa sobre os resultados e discussões levantados no trabalho.

2. MATÉRIAS E MÉTODOS

O trabalho foi elaborado a partir de discussões teórico-conceituais que subsidiaram a interpretação acerca da realidade histórico-geográfica do sudeste paraense enfatizando a disputa territorial do seu espaço agrário. Nesse sentido, discutimos e elaboramos textos sínteses referentes às principais ideias de autores importantes que abordam sobre a temática. Como principal base teórica, utilizamos Robert David Sack (1986), a partir do livro intitulado “Human territoriality: its theory and history”. A obra nos possibilitou compreender o conceito de território e territorialidade humana, entendida como uma “estratégia espacial para afetar,

¹ Graduando em Geografia - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

² Doutor em Geografia - Professor Adjunto I da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (FAGEO/ICH/Unifesspa). Coordenador do projeto “A Territorialidade da Luta pela Terra no Sudeste Paraense a partir dos Movimentos Sociais/MST e Movimento Sindicais/Fetagri”.



influenciar ou controlar fontes e pessoas, controlando área; e, como uma estratégia, a territorialidade pode ser ligada e desligada” (SACK, 1986, p. 3). O conceito é a chave para desvelar os processos relativos à luta pela terra no Brasil e, particularmente, no sudeste paraense. Nesse sentido, outro trabalho de importância seminal foi o de Bernardo Mançano Fernandes (2002) no livro “Questão Agrária, Pesquisa e MST”.

Ainda como parte da metodologia, lançamos mão do trabalho de campo realizado nos meses de fevereiro e agosto do ano de 2019 em seis acampamentos: União Axixá e Eduardo Galeano — ambos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) —, Alto da Serra, Grotão do Mutum, Planalto Serra Dourada — vinculados ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), base da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do estado do Pará (FETAGRI) — e Nova Conquista II — ligado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) do Pará.

Na ocasião, fizemos uso da observação sistemática, por meio da qual restringimos nossa relação com o grupo pesquisado no momento da pesquisa de campo, desenvolvendo uma participação relativa no cotidiano dos agentes estudados, por meio da observação dos eventos do dia a dia (MINAYO et alii, 1994) dos acampados. Concomitantemente, foram aplicados 236 questionários que abrangeram 23,34% das famílias acampadas, que correspondem a 1.011 pessoas.

Ainda como procedimento metodológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com lideranças dos movimentos sociais e sindicais envolvidos na luta pela terra, bem como representantes dos acampamentos pesquisados. Também foi registrada, por meio de fotografias, a paisagem do lugar com o intuito de registrar as condições de reprodução social (casas de lona, barro ou madeira, além de barracões onde se realizam as reuniões), aspectos vinculados às condições econômicas e produtivas (produção agrícola, criação de animais de pequeno porte como aves), da política (ocupações de prédios públicos como prefeitura, Câmara dos Vereadores, bloqueio de estradas e ferrovia, marchas pela cidade e construção de uma feira dos agricultores acampados) e cultural (igrejas, campo de futebol, rio etc.). Soma-se ainda a utilização de GPS (Sistema de Posicionamento Global) para a construção de mapas temáticos (localização dos acampamentos, estrutura fundiária, principais conflitos, organização espacial dos acampamentos, dentre outros).

Por fim, realizamos análise documental fornecida pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o acompanhamento diário das notícias acerca dos acontecimentos agrários em nível local, regional, nacional e internacional a partir da ferramenta do Google chamada Google Alerts.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando tratamos da questão agrária na Amazônia, é necessário levarmos em consideração pelo menos dois elementos importantes, a contradição e o conflito, que cercam a produção do espaço agrário nesta região. Tal fato pode ser identificado nas palavras de Pereira (2012):

[...] os conflitos de terra na Amazônia só ocorreram porque os direitos dos posseiros passaram a ser violados por empresários do Centro-Sul do país que chegaram ao território Amazônico com apoio político do Estado. Na maioria dos casos, esses trabalhadores rurais se viram diante da falta de alternativas: ou eles resistiriam ou seriam expulsos com suas famílias da terra. Estava aí, por conseguinte, a dimensão política dos conflitos, na Amazônia Brasileira (PEREIRA, 2012, p. 1).

Os recentes e antigos conflitos territoriais ocorridos no sudeste paraense nos mostram o quanto esse território é produto de um longo processo de disputa por diferentes sujeitos e que possuem racionalidades distintas (agronegócio, mineração e agricultura camponesa), que pensam o uso do território de maneira singular. De um lado, temos os agentes do capital atrelados ao modelo de desenvolvimento regional que se coloca enquanto hegemônico, caracterizado pela concentração de terra, produção de *commodities* agrícolas como soja e boi selecionado, além de contar com empresas de extração mineral, a exemplo da Vale S.A., que atua no território como exploradora de ferro, cobre e manganês.

Por outro lado, observamos o desenvolvimento do território camponês a partir das lutas populares no campo, como por exemplo aquelas empreendidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e pelos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, esses últimos organizados pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI). Ambos têm forte atuação na luta pela terra no sudeste paraense, alcançando reterritorializar os camponeses que se reproduzem a partir de outra lógica, pautada na pequena



propriedade, produção diversificada, voltada ao mercado local e regional, e mão de obra familiar, garantindo assim o abastecimento de alimentos de feiras e mercados, bem como a sua sobrevivência.

Face esse processo de luta e resistência por parte dos movimentos do campo, criam-se no espaço agrário tensões e conflitos de racionalidades pelo uso território que, segundo Sack (1986), pode ser compreendido como um espaço de disputa, no qual um grupo busca afetar, influenciar e dominar outro grupo.

Nesse sentido, diversas estratégias são tecidas com o fim de realizar essa territorialização. No caso dos movimentos sociais e sindicais do campo, reside inicialmente a ocupação de terras com vistas a desterritorializar os agentes econômicos responsáveis pela concentração fundiária. Para Fernandes (2001), a intensificação das ocupações de terras causa grandes impactos políticos, de modo que os trabalhadores passaram a ser um dos principais protagonistas no enfrentamento com o Estado na luta pela terra e pela reforma agrária.

Neste cenário que se encontra o município de Canaã dos Carajás, atravessado pela disputa territorial do seu espaço agrário. O acirramento do conflito territorial no município pode ser entendido pelo “choque” entre a tentativa de territorialização dos movimentos sociais/sindicais a partir da conquista/ocupação de uma parcela de terra para a reprodução social camponesa local, e a territorialização desenvolvida pela Vale S.A. por meio dos seus diversos projetos minerais.

Inicialmente, Canaã dos Carajás surgiu a partir de assentamentos rurais criados na década de 1980 pelo extinto Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), que naquela época era subsidiado pela Secretaria Geral de Segurança Nacional (CSN,) sendo criador do Projeto de Colonização Carajás I e II, onde hoje o município de Canaã dos Carajás se localiza (CRUZ; CANGILIO, 2017).

A intencionalidade do GETAT ao criar o Projeto de Colonização Carajás era diversa, a saber: a) assegurar a produção de alimentos para fornecer aos trabalhadores do Programa Grande Carajás (PGC) — à época, de propriedade da empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), privatizada em 1997 e transformada na empresa privada Vale S.A. —, em particular o Projeto Ferro Carajás, situado na Serra dos Carajás, no município de Parauapebas; b) diminuir os conflitos já existentes na sub-região conhecida como Bico do Papagaio; e c) criar estratégias para conter o avanço de imigrantes oriundos de diferentes regiões do país, principalmente do Nordeste e Centro-Oeste, com o intuito de não ocuparem áreas pleiteadas para extração de minérios da CVRD (HALL, 1991).

Tal fato associa-se às profundas transformações de toda ordem (ambiental, econômica, política e social) ocorridas no município de Canaã dos Carajás, seja no campo, seja na cidade. Alterações estas que são associadas principalmente à presença da empresa Vale S.A. e seus projetos de mineração, com destaque ao S11D, objeto de diversas críticas:

O Projeto Ferro Carajás S11D ainda nem alcançou o pico do processo de implantação e já é alvo de várias críticas. No Boletim Pyguara, assinado pelo Coletivo Amazonida de Formação e Ação Revolucionária, edição de julho de 2013, estão sistematizadas essas críticas, que são: o **inchaço populacional** acarretando aumento do custo de vida e da violência, precarização dos serviços públicos; **Aumento do desemprego** após o final das obras de implantação, que reduzirá de 30.000 para 2.600; **Expulsão dos agricultores do campo** provocando redução na produção de comida; **Impactos ambientais**, causados pela destruição de cavernas, lagoas e poluição das águas; por fim, a velocidade em que os minérios estão sendo explorados faz com que as minas cheguem ao fim mais rápido e o minério acabe (CRUZ; CANGILIO, 2017, pp. 132-133, grifos nossos).

Com o propósito de garantir a proteção territorial aos seus empreendimentos, a Vale S.A., articulada com outros agentes do capital incluindo o Estado, estabeleceu algumas estratégias com vistas a desarticular os movimentos sociais e sindicais e, principalmente, desterritorializar os acampados que ocuparam terras de interesse mineral. A primeira foi a compra de diversas terras no/ou próximo dos projetos minerais, com a conversão dessas propriedades em fazendas as quais são utilizadas no sistema de comodato, ou seja, embora a Vale tenha comprado as terras, ela garante o direito de uso agropecuário por parte dos fazendeiros que as venderam, com o intuito desses agentes garantirem a segurança da propriedade, ainda que por meio da violência. A segunda foi transformar determinadas áreas de interesse mineral em Unidades de Conservação (UC), a exemplo do Parque Nacional dos Campos Ferruginosos, que funciona como um muro de contenção contra possíveis intenções de ocupações próximas às minas. A terceira foi a desterritorialização dos sujeitos



que viviam em vilas no entorno da mina, a exemplo do que ocorreu com a vila Mozartinópolis, conhecida popularmente como Racha-Placa, cujos habitantes foram reterritorializados no Projeto de Assentamento Américo Santana.

Essas “contenções territoriais” (HAESBAERT, 2014) com vistas a conter/restringir/redirecionar, ainda que parcial e relativamente a massa de sujeitos excluídos de Canaã dos Carajás, são perceptivas a partir de fronteiras que não são necessariamente visíveis. Logo, consolida-se sobre uma expressão ou imposição de poder. Desse modo, podemos apontar que essas ações realizadas pelos agentes do capital podem ser entendidas como estratégias de territorialidade, que segundo Sack (1986) visam moldar, controlar ou restringir o acesso de pessoas a uma determinada área, levando em consideração as relações de poder que se constituem no tempo e no espaço.

No que concerne à territorialização (ainda que precária e relativa) dos movimentos sociais e sindicais, esta ocorre, como já anunciado, pelas ocupações de terras e a criação de acampamentos. Por esse motivo, nos anos de 2015 e 2016, os movimentos sociais/sindicais organizaram-se e ocuparam terras formando diversos acampamentos rurais. Inquestionavelmente, a formação de acampamentos rurais é importante para esses movimentos, pois consiste em um espaço geográfico de resistência, formação e/ou ressocialização, além de ser o ambiente de articulação das principais estratégias de reivindicação para construir ações de territorialidade.

Alguns pesquisadores que estudam a temática, como Fernandes (2012) e Miranda (2019), definem o acampamento. Para Fernandes (2012), os acampamentos correspondem ao:

[...] espaço e tempo de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transformação, uma forma de materialidade da organização dos sem-terra, trazendo em si principais elementos organizacionais do movimento (FERNANDES, 2012, p. 24).

Na visão de Miranda (2019), os acampamentos podem ser definidos enquanto territórios-acampamentos. Segundo o autor, eles são produtos sociais advindos da luta cotidiana traçada pelos movimentos sociais e movimentos sindicais, que utilizam a política de escala (mobilização de diversas escalas geográficas — global, nacional, regional e local — para terem seus objetivos alcançados) e da construção de uma rede geográfica solidária camponesa (rede de solidariedade entre os acampados e assentados historicamente construída com o fim de viabilizar a luta pela terra, ou seja, produzir transformações geográficas importantes, como a criação de projetos de assentamentos).

Em contrapartida os acampamentos sofrem cotidianamente diversas modalidades de violência, como ameaças, intimidações físicas, restrição à circulação de estradas, impedimento ao acesso a recursos naturais (floreta, rio, lago etc.), além de vigilância por meio de empresas de segurança privada, de helicópteros e drones que mapeiam as ações dos acampados e levantam informações acerca das suas lideranças com vistas a futuras ações criminais. Dessa forma que muitas das vezes os embates entre esses sujeitos acabam em conflitos dentro e fora do acampamento. É por esse motivo que Oliveira (1999), ao analisar as transformações territoriais recentes no campo brasileiro, concernente à luta dos camponeses pelo o acesso à terra, escreveu que “a violência tem sido a marca registrada desses conflitos” (OLIVEIRA, p. 99).

Nas palavras de um representante do acampamento Nova Conquista II, houve violência sofrida pelos acampados ao tentarem realizar ocupação na “área da Vale S.A”:

Sim, tentamos ocupar outra área (...) não fomos despejados, nós recuamos devido ao conflito e o medo de perder alguém, porque os guardas estavam bem armados, com doze (calibre da arma) e pistolas. Tinha um helicóptero dando assistência, jogando munição para eles [guardas da Vale]. Eles eram só uns quinze, mas (...) quando os (companheiros) viram (...) eles atiravam com balas de verdade. (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

Neste contexto de conflito, luta e resistência que os movimentos sociais e sindicais atuam na construção de estratégias de territorialização no município de Canaã dos Carajás. Nessa perspectiva, destacaremos a seguir as principais estratégias empreendidas na luta pela terra nesse território.

A primeira estratégia refere-se ao bloqueio de estrada e ferrovias (Estrada de Ferro Carajás), conforme relata um dos acampados de Nova Conquista II:

Nós ocupamos como ponto estratégico, né? Porque a nossa ideia era ter gente em cada local da Vale para pressioná-la. Por exemplo, se fecharmos o Sossego aqui, tudo para [produção],



né?... (pensando). Esses dias fizemos isso aqui. Uma turma foi para negociar em Brasília, aí nós fechamos aqui e os meninos fecharam lá em Serra Pelada. (Entrevista realizada no acampamento Nova Conquista II. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

A estratégia de bloqueio de estradas e ferrovias é umas das mais utilizadas pelos acampados de Canaã dos Carajás. Isto porque atinge diretamente a mineradora, obstruindo a circulação dos produtos minerais, e impacta na reprodução do capital, o que já foi confirmado pela Vale S.A. como um dos elementos que lhe causam prejuízos ao longo do ano.

A segunda estratégia corresponde às ocupações de prédios públicos (prefeitura, vara agrária, INCRA) e prédios privados (Vale), como meio de tensionar sobretudo o Estado, especialmente quando são expedidas liminares de despejos. Em outras situações, as ocupações são empreendidas para reivindicar direitos básicos como transporte escolar para as crianças dos acampados, assistência médica mediante a entrada de ambulância e agentes de saúde nos acampamentos, entre outros.

A terceira estratégia diz respeito à chamada Feira dos Acampados. O informante do acampamento Eduardo Galeano explica o objetivo dessa estratégia:

O pessoal da feira estavam lá vendendo a galinha caipira de cinquenta a sessenta reais. Nós levamos muitas galinhas, todos os acampamentos foram para lá. O pessoal vende uma espiga de milho a dois reais, e nós vendíamos por vinte e cinco centavos. Nós não queríamos... Não era o financeiro, ganhar dinheiro, a nossa intenção era de resistência, era mostrar para o pessoal da cidade que nós produzíamos, que nós tínhamos condições de produzir alimentos. Além de nós consumirmos ainda estávamos vendendo para eles. Porque nós estávamos quase dando, estávamos vendendo por um preço simbólico, digamos de um oitavo do valor. [...] E aí, ajudou muito nas feiras dos acampados, nós provamos que nós queremos terra para trabalhar, a gente leva a nossa produção para o pessoal da cidade comprar, ver o que é um produto bom. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

A Feira dos Acampados representa um espaço de mobilização e conscientização popular. A feira ocorre em locais públicos (ruas, praças e no STTR) e se torna importante meio para chamar a atenção da sociedade sobre a produção camponesa nos acampamentos. Além de ser um momento de resistência e luta. Nesses espaços, realizam-se vendas de diversos produtos com preços abaixo (simbólico) dos praticados pelo mercado. É neste momento também que os acampados aproveitam para debater sobre as falácias produzidas principalmente pela mídia e fabricadas pelos agentes econômicos de que acampamento é lugar de “preguiçosos” e de “vagabundos”, visto que durante as vendas é feito um diálogo com os clientes.

Por fim, a quarta e última estratégia é a reunião coletiva, que consiste em mobilizar, articular, discutir e planejar todas as outras estratégias citadas anteriormente.

Todas essas estratégias têm sua importância para a conquista da territorialização camponesa. Mas nenhuma delas é mais importante para os acampados do que a estratégia de **PRODUZIR**:

A nossa que (...) nós consideramos a maior forma de resistência é a produção, e resistir aqui dentro do acampamento, o fato de a gente resistir (...) isso por exemplo, produzir alimento, auto se sustentar aqui, é a nossa maior forma de resistência (...) é tão mais importante do que ocupar um prédio público ou uma estrada. Porque se a gente se manter aqui e ganhar, com isso nós pretendemos ganhar o apoio do pessoal da cidade (...) olha o cara [camponês] tá trabalhando lá, vocês falam que ele é preguiçoso mas ele está produzindo o alimento dele, e ele ainda traz para vender para cá. [...] Para se ganhar uma terra tem que ocupar. O nosso lema é ocupar, resistir e produzir. (Entrevista realizada no acampamento Eduardo Galeano. Trabalho de Campo, agosto de 2019).

No entanto, é de suma importância destacar que algumas dessas estratégias são criminalizadas por parte dos agentes do capital, que usam de tais artifícios jurídicos para paralisar os processos de desapropriação de terras, tal fenômeno é denominado de judicialização da questão agrária (RODRIGUES; MITIDIERO JÚNIOR, 2014).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A territorialização da luta pela terra na sub-região do sudeste paraense é incerta, especialmente no município de Canaã dos Carajás. Isso porque esse território está atravessado por diversos conflitos e contradições. A tentativa dos movimentos sociais e sindicais se territorializarem confronta com o modelo de desenvolvimento regional pautado no agronegócio e na mineração. Sendo assim, podemos dizer que o espaço agrário do município de Canaã dos Carajás adquire uma particularidade, pois não é somente o solo que está em disputa, mas também o subsolo. Desta maneira, os movimentos lutam e resistem no território a partir da construção de estratégias que permitem sua sobrevivência, mesmo que em condições territoriais instáveis e marcadas pela insegurança e incerteza.

REFERÊNCIAS

- CRUZ, Thiago Martins da; CONGILIO, Célia Regina. Mineração e campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense. *Revista Confronteiras*, Ano 01, N° 01, Abril/2017.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões agrárias, pesquisa e MST**. São Paulo, ed. Cortes, 2001.
- FERNANDES, Bernardo M. Reforma Agrária. In: CALDART, Roseli Salet et al. (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012. pp. 23-26.
- HALL, Anthony L. **Amazônia: desenvolvimento para quem?** Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1991.
- HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- MINAYO, Maria Cecília da Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; MANIYO, Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MIRANDA, Rogério Rego. A geografia dos acampamentos dos movimentos sociais e sindicais no sudeste paraense. In: IX Simpósio Internacional X Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 10, 2019. Recife-PE. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 2019. Disponível em: <https://www.singa19.com.br/resources/anais/8/singa2019/1572996159_ARQUIVO_590af444e1b4baeffbdf9349704a2.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.
- OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino da. A Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo Brasileiro. CARLOS, A. F. A. (Org). **Caminhos da Geografia**. São Paulo. Contexto, 1999, p. 63-107.
- PEREIRA, Airton dos Reis. Ocupações e conflitos de terra no sul e sudeste do Pará. In: XII Encontro Nacional de História Oral, 2014, Teresina (PI). XII Encontro Nacional de História Oral: política, ética e conhecimento, 2014.
- RODRIGUES, Luanna L. M.; MITIDIERO JÚNIOR, Marcos. A. Disputas territoriais e judicialização da questão agrária. **Campo-Território**. V. 9, p. 20, 2014.
- SACK, Robert David. **Humam terriotoality: its ths theory and history**. Cambridge University. Presse, 1986.